



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES

WILIANA DE ARAÚJO BORGES

ORIGEM DA LINGUA VERNÁCULA
Primeiros Documentos lavrados em língua portuguesa

CAMPINA GRANDE-PB
2014

WILIANA DE ARAÚJO BORGES

ORIGEM DA LINGUA VERNÁCULA

Primeiros Documentos Lavrados em Língua Portuguesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, pelo Departamento de Letras e Artes do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva

CAMPINA GRANDE-PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B732o Borges, Wiliana de Araújo.
Origem da língua vernácula [manuscrito] : primeiros documentos lavrados em língua portuguesa / Wiliana de Araújo Borges. - 2014.
42 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva, Departamento de Letras e Artes".

1. Língua portuguesa. 2. Mudança linguística. 3. Linguística. I. Título.

21. ed. CDD 469

WILIANA DE ARAÚJO BORGES

ORIGEM DA LINGUA VERNÁCULA

Primeiros Documentos Lavrados em Língua Portuguesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, pelo Departamento de Letras e Artes do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovada em: 14/07/14.

BANCA EXAMINADORA

Ricardo Soares da Silva :nota 8,5
Prof. Dr. Ricardo Soares Silva- UEPB (Orientador)

Paloma Sabata Lopes da Silva :nota 8,5
Profa. Ms. Paloma Sabata Lopes da Silva - UEPB (Examinadora)

Manassés Morais Xavier :nota 8,5
Prof. Ms. Manassés Morais Xavier - UFCG (Examinador)

Média: 8,5

Dedicada inteiramente a Deus por essa oportunidade de ser aquilo que eu tanto sonhei desde quando ainda não sabia escrever: OBRIGADO DEUS, EU TE AMO. A minha formação como profissional em licenciatura plena em Letras não poderia ter sido concretizada sem a presença pura e verdadeira do Senhor na minha vida, principalmente, nos momentos que me sentia insegura e incerta da minha capacidade de superar os desafios e os obstáculos que a vida me proporcionou.

AGRADECIMENTOS

A Deus, dedico o meu agradecimento maior, porque sua presença na minha vida é luz que ilumina os caminhos e me enche de bênçãos.

Agradeço aos meus ídolos, aos meus amores, aos meus amigos, aos meus companheiros, aos meus cúmplices, aos que junto a mim me dão forças para vencer e apoiam tudo aquilo que me faz ser feliz na vida: ALZINETE DE ARAÚJO BORGES e NAELSON RIBEIRO BORGES, minha família, simplesmente, meu tudo, PAI E MÃE, amo demais os dois.

Aos meus avós maternos ANTONIO FRANCISCO DE ARAÚJO e LUZIENTE CABRAL DE ARAÚJO. Estes são a interação de tudo aquilo que completa a minha felicidade. Eu os amo e os considero a água que me segura e me torna fruto numa sociedade bastante diversificada.

Agradecimento especial ao meu padrinho MAVIAEL CABRAL DE ARAÚJO que com sua infinita humildade esteve sempre comigo nos momentos que mais precisei.

Agradeço a todos os meus amigos que desde o início do curso de Letras até os últimos momentos estiveram comigo me apoiando e compartilhando de momentos que ficarão para sempre em minha memória. Em especial, MARIA ADELÚCIA DOS SANTOS, DEBORAH CORREIA NUNES LUCENA e JOSIANE ROSA DA SILVA.

Agradeço também a todos os meus tios, primos e amigos que apesar de não estarem presentes em todos os momentos de minha trajetória, contribuíram de forma significativa para meu sucesso com orações, forças e, sobretudo com sorrisos sinceros e muito amor. Em especial, JOSEFA BETÂNIA LIMA DA SILVA, EDVALDO ARAÚJO BARROS, ANIELLY DE SOUZA SANTANA e HERMÍNIA GOMES SILVA MACIEL.

Agradecimento especial a minha primeira professora da educação infantil AUCIONE BEZERRA DE LIMA que até hoje corrobora comigo das minhas conquistas e alegra-me dando apoio e confiança na minha jornada diária.

Por último, a TODOS os professores do curso de Letras-habilitação em Língua portuguesa da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) que estiveram e fizeram parte da minha história acadêmica durante o período de quatro anos e hoje além de professores são meus companheiros, em especial ao meu orientador, amigo e companheiro das minhas lutas

acadêmicas e, sobretudo, desta nova conquista profissional, professor Dr. RICARDO SOARES SILVA.

As modificações das palavras provêm dos meios precários que nos levam ao conhecimento de um idioma: a imperfeição das imagens auditivas e a incapacidade de reproduzir, com fidelidade, os sons ouvidos. Não se pode representar a transmissão da linguagem por um todo contínuo, uma reta por exemplo, em que o indivíduo que fala e o que ouve ocupem as extremidades. Antes, o que se observa é uma completa descontinuidade nessa transmissão, devendo, por isso, cada geração que surge, fazer as mesmas tentativas que as anteriores, para a posse da linguagem. (COUTINHO, 2005, p.135)

RESUMO

O conhecimento sobre a língua vernácula tem seu início por volta do século XII, quando surgem os primeiros registros linguísticos do português, a “Cantiga da Ribeirinha” de Paio Soares de Taveirós. O dialeto utilizado era galego-português, com a expansão de Portugal para outras regiões, especificamente para o Sul, houve uma absorção de falares diferentes, que evoluiu a ponto de se distinguir e tornar independente do falado na Galiza, pois, enquanto os portugueses estendia-se para outras regiões o galego permanecia estacionário. A partir das apreciações dos primeiros textos datados e escritos em língua portuguesa seu surgimento propriamente dito, deu-se a partir do século XIII quando documentos foram lavrados em língua vernácula. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros textos históricos escritos em língua portuguesa, tais quais: “A Notícia de Torto”, “O Testamento de Dom Afonso II” e “Cantiga da Ribeirinha”, este como sendo o primeiro a apresentar traços linguísticos que foram considerados como pertencentes ao galego-português. E, em termos mais específicos, observar a diferença entre galego-português e Português e sua influência para o surgimento da língua vernácula. Ainda, distinguir latim clássico de latim vulgar. Configurou-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental baseada nas obras e nos estudiosos que tiveram interesse quanto ao nascimento da língua Portuguesa: Coutinho (2005), Carvalho e Nascimento (1997), Bucher (2001), Furlan (2006), Ilari (2007) e Lourenço e Silva (2012). Os procedimentos adotados se constituem a partir de fatores históricos que promoveram a condição de mudança linguística. De acordo com o estudo realizado é possível concluir que o surgimento da língua se deu a partir do século XIII com os documentos lavrados e escritos em língua vernácula.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Mudança linguística. Documentos históricos

ABSTRACT

The knowledge about the vernacular language has its beginning around the 12th century, when the first linguistic records of the Portuguese Language arise, the "Ribeirinha Ditty" by Paio Soares de Taveirós. The dialect used was Galician-Portuguese, with expansion from Portugal to other regions, specifically to the South, there was an absorption of different expressions, which evolved to a point of being distinguished and become independent of the spoken one in Galicia, because, while the Portuguese extended to other regions, the Galician remained steady. From the appreciations carried out with the first dated texts and written in Portuguese its emergence properly said, started from the 13th century when documents were issued in vernacular language. In this sense, the present work aims to present the first historical texts written in Portuguese, such as: "The news Bent", "The Testament of Dom Afonso II" and "Cantiga the riverfront," this as being the first to present linguistic traits that were regarded as belonging to the Galician-Portuguese. And, in more specific terms, note the difference between Portuguese and Galician-Portuguese and their influence to the emergence of the vernacular. Still, the distinguished classical Latin Vulgar Latin. Was configured as a research nature of literature and documents based on the works and scholars who have an interest in the birth of the Portuguese language: Coutinho (2005), Carvalho and Birth (1997), Bucher (2001), Furlan (2006), Ilari (2007) and Lawrence and Silva (2012). The procedures are constituted from historical factors that promoted the status of linguistic change. According to the study it can be concluded that the emergence of language was given from the thirteenth century to the documents issued and written in the vernacular.

Keywords: Portuguese Language. Linguistic change. Historic documents

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	13
1. CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÕES ENTRE O LATIM CLÁSSICO E O LATIM VULGAR E SEU PRESTÍGIO SOCIAL	13
1.1 Problematizando as concepções do Latim Clássico	14
1.2 Caracterização do Latim vulgar	15
1.2.1 Prestígio social do Latim	16
CAPITULO II	18
2. RELAÇÃO ENTRE O LATIM VULGAR E O GALEGO-PORTUGUÊS (SÉCULO XII)	18
2.1 Separação entre o galego e português	19
2.2 Aparecimentos dos primeiros registos linguísticos do português: Cantiga da Ribeirinha de Paio Soares de Taveirós	20
2.3 Surgimento dos primeiro documentos lavrados em língua vernácula (Início do século XIII)	22
2.4 Diferenciação entre os primeiros documentos datados e escritos em língua vernácula: A notícia de torto e o Testamento D.Afonso II.....	23
2.5 Influência etimológica de grafia da língua Portuguesa	24
CAPITULO III	28
3. APRECIACÕES DA CONJUNTURA EM QUE FORAM LAVRADOS OS PRIMEIROS DOCUMENTOS EM PROSA DA LÍNGUA PORTUGUESA (INICIO DO SÉCULO XIII)	28
3.1 Presença da Chancelaria para a produção dos documentos	28
3.2 Descrição apreciativa dos registos: Notícia de Torto e Testamento de Dom Afonso II	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Os primeiros registros linguísticos do português começaram por volta do século XII com a “Cantiga da Ribeirinha” de Paio Soares de Taveirós. Mesclava vocábulos de romances galego-português e provençais, apresentava palavras portuguesas; neste sentido, a língua já era falada, mas não era escrita. O dialeto utilizado era galego-português, suas expressões linguísticas faziam parte da Galiza e de Portugal. Com a expansão de Portugal para outras regiões, especificamente para o Sul, houve uma absorção de falares diferentes, que evoluiu a ponto de se distinguir e tornar independente do falado na Galiza, pois, enquanto os portugueses estendiam para outras regiões, o galego permanecia estacionário. Contudo, o surgimento do português, propriamente dito, deu-se a partir do século XIII com os primeiros documentos escritos e lavrados em língua vernácula.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros textos históricos escritos em língua portuguesa, tais quais: “A Notícia de Torto”, “O Testamento de Dom Afonso II” e “Cantiga da Ribeirinha”, este como sendo o primeiro a apresentar traços linguísticos que foram considerados como pertencentes ao galego-português. E, em termos mais específicos discorrer sobre as distinções entre o latim clássico e o latim vulgar. Nesse sentido, este trabalho tem sua importância para o conhecimento da língua portuguesa. Além disso, conta a história do próprio Português, mostrando as mudanças linguísticas ocorridas no tempo e que lhe deram forma até os dias atuais. Sendo assim, o estudo da formação do léxico vernáculo é fundamental para a sistemática morfológica da língua hoje utilizada. Os fatos históricos contribuíram para o que se chama de “mudança linguística”.

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, pois tem como método os primeiros registros documentais da língua portuguesa. Os procedimentos e posturas que são utilizados partiram do princípio de que no processo de mudança linguística interagem dois tipos de condicionamento: um que é interno à própria língua e outro que é externo, pois, desde o acesso e seleção dos documentos, constitui-se um processo para o qual os fatores históricos não são considerados causa, mas condição de “mudança linguística”. Para muitos autores e pesquisadores da área a língua vernácula surgiu a partir do primeiro registro linguístico: “Cantiga da Ribeirinha” de Paio Soares de Taveirós, precisamente no século XII. No entanto, o surgimento propriamente dito se deu no século XIII quando os documentos foram lavrados e documentados em língua portuguesa. Dessa forma, configurou-se a problemática da

pesquisa. Aprimorando a hipótese de que o nascimento da língua portuguesa se deu a partir do século XIII.

A divisão estabelecida neste trabalho é composta por três capítulos: No primeiro capítulo, tem-se uma abordagem acerca das características e distinções do latim clássico e vulgar. No segundo capítulo, uma correlação entre o latim vulgar e o galego-português, surgimento dos primeiros passos para o nascimento da língua portuguesa. Por último, o terceiro capítulo, faz apreciações dos primeiros registros lavrados da língua portuguesa.

A pesquisa realizada tem como embasamento teórico os pesquisadores que interagem com a linha de pesquisa em estudo, tais quais: Coutinho (2005), Carvalho e Nascimento (1997), Bucher (2001), Furlan (2006), Ilari (2007) e Lourenço e Silva (2012). Os procedimentos adotados se constituem a partir de fatores históricos que promoveram a condição de mudança linguística entre os séculos XII e XIII originando a língua vernácula.

A abordagem e apreciações dos primeiros registros da língua portuguesa fica evidenciado a dificuldade encontrada para leitura, bem como para análise. No entanto, é possível identificar bons resultados para o conhecimento no que diz respeito a origem da língua vernácula e aprimoramento dos ideais de pesquisa do estudo realizado e que virá a perpetuar nas próximas investigações.

CAPÍTULO I

1. CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÕES ENTRE O LATIM CLÁSSICO E O LATIM VULGAR

A língua latina teve sua origem na região central da Itália, foi falada por diversos povos, entre eles: humildes pastores e agricultores; também, por todo Império romano, a partir da expansão através de comerciantes e soldados, pois que esses levaram o latim a outras regiões do império, como Ásia menor e Costa norte da África. Derivada de um conjunto de línguas ao qual se convencionou chamá-lo de indoeuropeu, a língua latina não foi distribuída uniformemente por toda península. Podendo ser classificada em diversos tipos, é comumente conhecida por ser clássica, vulgar, arcaica, imperial, cristã, tardia ou como baixo-latim, bárbara, escolástica, etc. Nessa perspectiva, há muitos caminhos a serem tomados, mas a oposição mais genérica e conhecida é a que coloca o latim clássico e vulgar em constantes dissonâncias, uma vez que, enquanto o latim clássico se tornava cada vez mais uniforme sob a influência estabilizadora da cultura e do aprendizado, o latim vulgar se tornava cada vez mais diversificado na medida em que se estendia com a expansão do vasto Império Romano, todavia ambos os conceitos são e fazem parte de uma mesma língua, neste caso, o próprio latim.

Segundo Cardeira (2006, p.20),

A palavra latim lembra-nos textos literários e citações famosas, e remete para uma imagem de língua extremamente homogênea, elaborada, sujeita a regras muito fixas. É a imagem de uma língua morta. Mas o latim foi uma língua viva, falada ao longo de séculos, em espaços geográficos diversificados e por povos variados, por diferentes camadas socioculturais e em diferentes situações.

Diante da afirmação, podemos entender que, a despeito ao latim ser língua morta, isto devido à ausência de falantes naturais, bem como pela perda de unidade linguística, ela se tornou a língua de substrato¹ mais importante na composição das línguas românicas. O conhecimento acerca da língua latina é pouco discutido e pesquisado. Todavia, para

1. Chama-se substrato a língua suplantada em consequência de conquista, posse e colonização da terra por outro povo. Do contato de duas línguas no mesmo território resulta que a língua sobrevivente guarda certos traços de influência da anterior, que podem consistir em certas palavras, hábitos fonéticos, formas gramaticais, etc. (COUTINHO, 2005, p. 44)

entendermos a origem e/ou nascimento de nossa língua vernácula, reportamo-nos ao Latim, dado que é a fonte da qual o português é derivado.

1.1 Problematizando as concepções do Latim Clássico

O latim clássico foi considerado como sendo uma língua fechada para a elite, isto é academias e aristocracia. No entanto, também usava as expressões vulgarizadas em situações informais.

Segundo Cardeira (2006, p.21),

[...] também encontramos atestações escritas do latim vulgar em inscrições pouco elaboradas, como é o caso dos graffiti de Pompeia, em cartas impessoais, em tratados técnicos e, até, em obras literárias em que autores como Plauto recorrem propositadamente aos chamados vulgarismos para a caracterização linguística de personagens.

Neste sentido, afirmar que o latim clássico é a linguagem utilizada apenas pela elite e que o vulgar foi utilizado apenas pelo povo e pela parcela da sociedade mais desfavorecida é equívoco. Assim, como observado na afirmação acima, em situações informais a linguagem “vulgarizada” foi utilizada por autores como Plauto, que a tomou esteticamente para caracterização de personagens em obras literárias.

Todas as línguas apresentam variação que vai desde o que corresponde às diferenças geográficas até a própria divisão da sociedade em classes. Ilari (2007, p.57) afirma que:

O latim, língua de uma sociedade que ia evoluindo e se tornando cada vez mais complexa, não poderia escapar a essa regra: seria normal que apresentasse diferentes socialetos, já que a sociedade romana foi por muito tempo estratificada em patrícios, plebeus e escravos, e que apresentasse desde a época em que foi a língua do Lácio e da Itália central diferentes variedades geográficas, já que teve que se impor a outras línguas, com estruturas as vezes muito próximas.

Dessa forma, comungando a mesma ideia, Lourenço e Silva (2012) afirmam que a modalidade clássica do latim acompanhava à injunção do poder bélico, econômico, político e cultural através de sua imposição às regiões conquistadas. As escolas recém fundadas propiciaram a unidade de latim culto e conservador, porém em regiões menos escolarizadas em que as classes sociais não tinham acesso ao conhecimento sistematizado por instituições de ensino, ajustavam-se mais rapidamente às inovações e penetrações linguísticas, transformando os falares regionais conforme os desígnios da língua imposta.

1.2 Caracterização do Latim vulgar

O latim vulgar se propagou de diversas maneiras nas várias regiões do Império romano, por força de numerosos fatores, tais quais: a diversidade da época da romanização e da língua dos povos conquistados. Essa propagação deu origem às línguas românicas, dentre elas o galego- Português. O latim vulgar era falado pela elite e pela plebe como afirma Ilari (2007, p.61):

Em suma, a grande diferença entre as variedades do latim não é cronológica (o latim vulgar não sucede ao latim clássico), nem ligada à escrita, senão social. As duas variedades refletem duas culturas que conviveram em Roma: de um lado a de uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, cujo primeiro núcleo seria constituído pelo patriciado; de outro, a de uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe.

Observa-se, pois, que as relações entre o “latim clássico” e o “vulgar” se dão da seguinte forma: o clássico é registro mais comum na modalidade dos escritores latinos, por abranger vocabulário mais sofisticado, sobretudo nas obras e sistema flexional rígido e gramaticalizado, como por sua vez, era apresentado nas obras de Cícero e Virgílio; o Vulgar foi utilizado por todos os falantes da época, aos quais fizeram parte: os camponeses, os comerciantes, soldados, além das camadas mais elitizadas, porém, em situação informal.

Sobre o sistema vocálico latino, Cardeira (2006, p.21) afirma que:

O latim foi uma língua de acento melódico, consistindo a acentuação da sílaba na sua elevação tonal, enquanto as sílabas átonas eram produzidas num tom grave. As vogais opunham-se em duas séries, longas e breves: ā, ā (longo ou breve), ē (breve), ē, ī (e longo e i breve), ī (longo), o (breve), u (breve e o longo), ū (longo)

A distinção que havia com relação às vogais latinas se dava da seguinte forma: a quantidade distinguia as vogais, as de maior duração correspondia à vogal longa; já as de menor duração correspondiam às breves. A partir do contato do latim com outras línguas na Hispânia, o acento tonal das vogais perdeu força, cedendo espaço às vogais de timbre aberto e/ou fechado, surgindo novo sistema vocálico, sobre o qual Cardeira (2006, p.21) considera:

A inexistência de acento melódico e da articulação breve/longa nas línguas românicas demonstra que esta foi uma mudança que cedo se processou no latim vulgar. Em consequência desse processo, surgiu um sistema vocálico em que as vogais breves se deslocaram para um timbre mais aberto e as longas para um timbre mais fechado, fundindo-se Ê e I(em /e/ (ACÊTU > azedo, PÍRA > pera), enquanto Ê evoluiu para /e/ aberto (PÊTRA > PEDRA);

a fusão de U(, Ō resultou em /o/ (AMŌRE > amor; (L U(TO > LODO) e Ō abriu para /o/ (PŌRTA > porta).

Neste caso, observamos que as vogais breves ganharam um timbre mais aberto, enquanto as longas deslocaram-se para um timbre mais fechado. Tal processo logo teve influência no latim vulgar, a partir de seu fracionamento na Península Ibérica e demais localidades do Império.

Para Ismael Coutinho (2005, p.46)

A língua portuguesa proveio do latim vulgar que os romanos introduziram na Lusitânia, região situada ao ocidente da Península Ibérica. Pode-se afirmar, com mais propriedade, que o português é o próprio latim modificado. É lícito concluir, portanto, que o idioma falado pelo povo romano não morreu², como erradamente se assevera, mas continua a viver, transformado, no grupo de línguas românicas ou novilatinas. As circunstâncias históricas, em que se criou e desenvolveu o nosso idioma, estão intimamente ligados a fatos que pertencem à história geral da Península.²

Logo, convém ressaltar que o latim possui vínculo com a posição assumida na pesquisa e correlação com o idioma português. Assim, na ortografia, na fonética, na morfologia, na sintaxe e na semântica, o corpo linguístico do latim vulgar sofreu impactos históricos quando em contato com outros falares regionais, cada qual com seus processos articulatórios estabelecidos, de modo que as línguas românicas são frutos desses contatos em diversas localidades do Império.

1.2.1 O Prestígio social do Latim

O latim foi uma língua de prestígio e era acessível quando pregado por padres. Nesse caso, estendia-se por toda a sociedade hispânica, submetendo-se às condições linguísticas que favoreceram à variante mais popular do idioma ali falado. Coutinho (2005, p. 45) afirma que:

Para a romanização das populações nativas, concorreram poderosamente vários fatores. Assim, o recrutamento militar dos jovens provincianos que, depois de prestado o serviço do exército, volviam ao seio da família; o excelente sistema rodoviário romano, que permitia fácil intercâmbio com a metrópole; o direito de cidadania concedido às urbes hispânicas pelos imperadores, por último, o cristianismo pregado pelos padres num latim muito acessível, o qual fez desaparecer as diferenças sociais, unindo a todos, aristocratas e plebeus, romanos e estrangeiros.

Para a romanização, não demorou muito que os povos situados na sociedade hispanica (Iberos, Celtas, Gregos, fenícios, com exceção dos Barcos) assumissem o latim como forma

2. A posição assumida na pesquisa revela que o latim não pode ser considerado como uma língua morta devido ao fato de que a língua portuguesa foi advinda do latim a partir circunstâncias históricas, ou seja, estão intimamente ligados a fatos que pertencem à história geral da Península.

de exprimir a cultura de “espírito mais evoluído” porque, na realidade, tratava da consagração de uma conjuntura de colonização. A cultura românica logo se fez presente nos diversos conhecimentos de negócios e técnicas desenvolvidas na região da Hispania. O comércio cresceu a medida que o controle administrativo impulsionou a política e a estratificação social, tornando a realidade linguística cada vez mais complexa. Para Coutinho (2005, p. 31):

Era a literatura latina uma espécie de círculo fechado às manifestações da vida popular. Os escritores punham sempre grande empenho em evitar o emprego de palavras ou expressões da plebe. Assim, não é em suas obras que se pode estudar o *sermo vulgaris*. Com isso, entretanto, não queremos dizer que não se encontrem absolutamente palavras ou expressões do povo em seus trabalhos. Não é possível que o *sermo urbanus*, em contato permanente com *vulgaris*, não se deixasse penetrar de certos vulgarismos, como também não se pode negar que a língua do povo contivesse palavras ou expressões pertencentes à língua culta.

O *sermo vulgaris* abordado pelo autor é o mesmo que latim vulgar e o *sermo urbanus* é o mesmo que latim clássico. No fragmento, Coutinho (2005) aborda que a literatura latina era “fechada” às manifestações populares e usada pelos escritores eruditos em suas obras. Porém, embora o prestígio de uso da língua culta nas obras leva-se em grande parte ao modelo que se devia seguir, havia também a presença das expressões e palavras usadas pela plebe em suas “laudas”, já que tanto o latim clássico quanto o vulgar tinham um contato corrente que dava espaço à interpenetração de uma na outra modalidade.

Segundo Carvalho e Nascimento (1977, p.8), [...] “para uma boa expressão, é indispensável o domínio dos fatos atuais da língua e que contribui excelentemente para isso o conhecimento dos seus fatos históricos”. Neste sentido, os autores abordam o fato de que as línguas evoluem com o passar dos tempos e, conseqüentemente, sofrem mudanças. Contudo, para entender tais mudanças é necessário um estudo sistemático com parâmetros históricos para a apreciação de inúmeros fenômenos linguísticos concorrendo ora para variação, ora para a mudança dos fenômenos internos e externos à língua.

Em se tratando do percurso histórico do português, apresentaremos no próximo capítulo os primeiros documentos escritos em língua vernácula, como também das mudanças linguísticas ocorridas entre os séculos XII e XIII, quando se registram as primeiras marcas linguísticas da língua vernácula.

CAPÍTULO II

2. CORRELAÇÃO ENTRE O LATIM VULGAR E O GALEGO-PORTUGUÊS (SÉCULO XII)

O galego-português foi um romance falado na Galiza e em Portugal, entre os séculos IX e XII, que fazia uso de um vocabulário de expressão latina que foi transmitido de geração em geração, através dos séculos, sofrendo alterações contínuas. Assim, surgiram os primeiros textos literários não-latinos da região da Galiza, todos redigidos em latim bárbaro³. Então, eram comuns a presença simultânea de elementos linguísticos latinos preservados pela tradição dos registros de documentos, e, também, dos primeiros vocábulos do romance lusitânico e galego, que, pela proximidade gerou o romance galego-português. Para Coutinho (2005, p.56), é fato reconhecer a existência do romance em perspectiva entre os séculos XI e XII, de outro modo, na fase pré-histórica da língua portuguesa. Para o autor:

A nacionalidade portuguesa, porém, só começa com D. Afonso Henriques, filho do precedente, que, depois da batalha de Ourique(1139), sacudiu a suserania de Castela e se fez proclamar rei de Portugal, em 1143. O falar da faixa ocidental da Hispânica sempre se distinguiu do falar ou falares das outras regiões. Não é desarrazoado afirmar que o tratamento diferente que teve o latim nessa região, ao menos quanto à parte setentrional e central, se justifica, por ter sido o território ocupado pelos celtas e suevos, e haver constituído um feudo, que mais tarde se tornou independente.

Neste fragmento evidencia-se que houve uma mistura de povos como condição de contatos e influências dando origem a outro dialeto, o qual recebeu o nome de galeziano ou galego-português, estendendo-se sobre a parte meridional da costa oeste da Península Ibérica, onde se aprimorou em um romance já fortalecido como atestava as primeiras cantigas do cancionero medieval. No entanto, com a Independência de Portugal, em 1143 os fatores econômicos e sociais determinaram a quebra da relativa unidade linguística galego-portuguesa, como afirma Furlan (2006, p.309):

O português separou-se do galego a partir da independência do condado Portucalense em 1143, começaram a desenvolver-se diferenças entre português e galego, que os portugueses, desde o século XVI, sentem como

3. latim bárbaro, “conjunto de fórmulas latinas mais ou menos corretas, de mistura com vocábulos de outras línguas [como a galaico-portuguesa] sob forma alatinada ou não, que foi legado à posteridade nos documentos notariais da Idade Média” (FURLAN, 2006, p. 33.)

arcaico e provincial e que o brasileiro sente como tendo um passado cultural mais português do que espanhol, inclusive na sua ortografia. As expressões mais antigas do galego-português são: *abelia* (< *apícula*, por *apis*); *ad vobis* (> *a vós*) por *vobis*; *autario* ou *auteiro*, por *altárium*; *conélium* (< *cuniculum*); *eglésie* por *ecclésiae*; *estrata* (< *strata*); *mónagus* (< *mónachus*); *Ogenia*, *Olalia*, *Osebio*; *ovelia* (< *ovicula*, por *ovis*); *que por aqui*, *quos*, *quae*; *vogábulo* (< *vocábulum*); etc.

As diferenças entre português e galego após a independência do condado Portucalense em 1143 se constituem a partir do desdobramento de preposições, *ad vobis* > *a vos*, isto em detrimento da forma erudita *vobis*, sem preposição; do uso de diminutivos nas palavras como, por exemplo, *abelia* < *apícula* e *ovelia* < *ovicula*, das quais se originaram *abelha* e *ovelha*, que não tiveram suas formas derivadas de *apis* ou *ovis* respectivamente, e da sonorização das consoantes homorgânicas surdas (c > g), como *eglésie* < *ecclésiae* e *mónagus* < *monachus* que resultou em *igreja* e *monge*.

2.1 Separação entre o galego e português

A separação do galego com o português surgiu diferentemente de novos falares na região. O Português tornou-se a língua oficial de Portugal tendo uma nova nacionalidade também em sua fase histórica, já no século XII com os primeiros registros lavrados em língua nacional. A diferenciação do latim vulgar, e de uma região para outra, resultou em sua transformação nas diversas línguas românicas, desenvolvendo-se, assim, o Português.

Dada a independência política de Portugal, deveria necessariamente resultar, o que de feito resultou, - a diferenciação entre português e o galego. A principio pequena, foi-se acentuando no correr do tempo, até que o português se tornou idioma completamente autônoma do galego. Em documentos do latim bárbaro do século IX, já se encontram algumas formas vulgares vernáculas. Isto nos leva a crer que o português, ou mais propriamente, o galego-português já existia nesse tempo. No entanto, só no século XII é que aparecem textos inteiramente nele redigidos. (COUTINHO, p.55, 2005)

Portanto, os primeiros textos redigidos em Português ocorreram no final do século XII. Nesta fase, encontram-se documentos redigidos em latim bárbaro, com palavras portuguesas as quais nos levou a deduzir com segurança que a língua portuguesa, até este marco histórico, ainda não havia sido registrada porque o único sistema linguístico conhecido à época era o latino, e através dele que os romances tiveram de adaptar seus registros fonéticos em face das condições articulatorias de seu repertório lexical, já transformados diacronicamente. Já o dialeto galaziano usava expressões linguísticas comum a Galiza e Portugal e foi nessa língua que se constituiu a escrita do primeiro documento da língua portuguesa, a *Cantiga da Ribeirinha*.

Nessa região, onde foi a monarquia portuguesa, falava-se o dialeto galeziano, ou galego-português, expressão linguística comum a Galiza e Portugal. No entanto, à medida que Portugal estendia seus domínios para o Sul, estabelecendo seus limites atuais, e absorvendo os falares ou romances que aí existiam, iam se processando as diferenciações linguísticas, entre o falar dos galegos, que permaneceu estacionário, e o falar do português, que evoluiu a ponto de torna-se independente do Galego. Cindiou-se, então, a expressão galego-portuguesa em duas línguas diferentes: galego que foi absorvido pela unidade castelhana, e o português, que continuou sua evolução, tornando-se a língua de uma nacionalidade e atingindo a perfeição atual que conhecemos. (DOLORES, p.22, 1997)

A autora aponta a condição de “perfeição” linguística atual da língua portuguesa, pois refere-se à ideia que o Português não se tornou uma língua estacionária. Ao contrário, ao longo do tempo sofreu mudanças linguísticas que vem dinamizando-a até os dias atuais. Isto é, a fala e até a própria ortografia divergiram do galego, que ficou como língua estacionária, tendo sido absorvida pela unidade Castelhana.

2.2 Aparecimentos dos primeiros registros linguísticos do português: Cantiga da Ribeirinha de Paio Soares de Taveirós

A primeira forma literária que constituía a mistura de palavras e expressões do galego com o Português foi cultivada e estabelecida pela poesia através da influência dos modelos para o gênero à época. Os cantores provençais que despertaram nos portugueses o gosto pela trova. A língua dos trovadores não era uma língua divergente da língua dos notários⁴, porém apresentava especificidade nas suas produções poéticas, o que permitia diferentes utilizações da língua. Logo,

No século XII aparece o primeiro texto inteiramente redigida em galego-português. É a cantiga da Ribeirinha, poesia escrita por Paio Soares de Taveirós dedicada à D. Maria Paes Ribeiro, a Ribeirinha. A grande filóloga Dra. Carolina Michelis de Vasconcelos datou este primeiro documento da língua literatura portuguesa de 1189. A partir de então aparecem textos em poesia e, mais tarde, em prosa. Podemos conhecer o Português Arcaico através das poesias trovadorescas que estão reunidas em “Cancioneiros” e ainda, na prosa de cronistas como Fernão Lopes, Gomes Eanes Zurara, Rui de Pina. (DOLORES, p.25,1997)

No galego-português, a grafia era essencialmente fonética, pois, apresentava grafias diferentes para as mesmas palavras. Neste sentido, a língua era escrita apenas para ser ouvida, isto é, quando necessário era ditada, recitada ou feita oralmente, porque obedecia às regras da oralidade implicando, muitas vezes, em múltiplos registros, variantes de um mesmo léxico.

4. Os notários tinham aptidão para escreverem documentos reconhecidos. surgiram a partir do reinado de Dom Afonso II.

Observa-se abaixo a Cantiga da Ribeirinha, de Paio Soares de Taveirós, o mais antigo texto escrito em galego-português (1189 ou 1198), dedicada a D. Maria Paes Ribeiro, apelidada “a Ribeirinha”, amante do rei Sancho I pertencente a uma coletânea de textos arcaicos chamados Cancioneiros da Ajuda. A coletânea subdivide-se em cantiga de amigo, cantiga de amor e cantiga satírica. A cantiga de amor aborda uma confissão amorosa de um trovador a uma dama, a quem de “señor”. Representação de um “amor platônico” ou idealizado por uma voz lírica masculina. Abaixo, conferimos tais características:

Cantiga da Ribeirinha

No mundo nom m’ei parella
 mentre me por como me vay,
 ca ja moiro por vos e ay!
 Mia señor, branca e vermella,
 queredes que vus retraya
 quando vus eu vi en saya.
 Mao dia me levantey,
 que vus enton nom vi fea!

E, mia señor, des aquella
 i me foy a mi muy mal, ai!
 E vus, filla de don Pay
 Moniz, e ben vos semella
 d’aver eu por vos guarvaya,
 pois eu, mia señor, d’alfaya
 nunca de vos ouve nen ey
 valia d’ũa correa.

A cantiga da Ribeirinha é um exemplo de cantiga de amor, isto devido ao fato de ser uma espécie de amor não correspondido. O trovador se manifesta como um servo de sua paixão, representada pelo pronome “señor” “-senhor”. Para Spina (2008) o pronome senhor=senhora, no período arcaico, os nomes terminados em -or, -es, -ol eram uniformes no gênero: esta senhor, linguagem português, gente espanhol são correntes adjetivos invariáveis com essas terminações. A língua falada era o Galeziano, a qual a partir da fundação de Portugal foi chamada de galego-português. Para muitos autores e pesquisadores da língua vernácula, o português se constituiu a partir do século XII, contudo o que se verifica nos registros em verso deste século é a presença do latim bárbaro, misturado a palavras dos romances português e galeziano. Assim, muito lentamente foram apresentando-se os registros em língua nacional, primeiramente em verso e, em seguida, em prosa.

2.3 Surgimento dos primeiros documentos lavrados em língua vernácula (Início do século XIII)

No início do reinado de D. Dinis, tem-se os primeiros documentos da língua vernácula, isto por volta do século XIII, quando a chancelaria régia adota o português como língua oficial. É a partir dos primeiros escritos da língua portuguesa que se tem um novo registro dado que houve uma adaptação das velhas grafias a novos sons. Nesta fase, nasce o período fonético com diferentes grafias.

Segundo Bucher (1891, p.27) os mais antigos documentos em português aparecem pelo fim do século XII e início do século XIII, quando se onde inicia o português arcaico. A autora evidencia ocorrer no século XIII o surgimento dos documentos mais antigos escritos em língua vernácula, pois, é a partir dos primeiros textos escritos e documentados que surgem também as questões básicas sobre fonética, uma vez que havia adaptações das grafias antigas dado pelo sistema linguístico latino, a novos sons e assim constituía-se nova grafia, sempre voltada para o que se ouvia.

De acordo com Cardeira (2006, p.48) a característica principal do período fonético é a liberdade gráfica, isto é, havia uma variação de escriba para escriba, de documento para documento, e inclusive, um mesmo documento escrito por uma única pessoa, apresentava uma divergência de escolhas, isto é, uma mesma palavra apresentava diversas grafias. Foi assim, a partir dessa instabilidade gráfica que se processaram os elementos linguísticos constituintes para a caracterização da língua.

Portanto, os primeiros documentos redigidos em português são reconhecidos a partir de datas e localizações a fim de permitir a caracterização da língua. Dessa forma, a língua portuguesa surgiu início do século XIII, período em que o português foi alçado a uma língua de escrita, sendo importante para conhecê-lo, sobretudo em sua fase arcaica, através de níveis ortográficos, fonológicos e morfossintáticos. Ainda, segundo a autora (CARDEIRA, 2006, p.45):

Será no século XIII, no início do reinado de D. Dinis, que a chancelaria régia adaptará o Português como língua de escrita. Multiplicam-se, então, os diplomas reais e particulares, as leis gerais e locais produzidas em Português. Mas a adaptação do Português enquanto língua de escrita, embora decisiva para a afirmação da língua, deve refletir uma prática bastante difundida. Dessa prática dão testemunho documentos escritos em Português como o Testamento de Afonso II, de 1214, a Notícia de Torto, sensivelmente da mesma data, dois documentos de vairão, de 1234, um de Ferreira de Aves, de 1236, três de Pedroso, de 1243 e 1252, e dois do Magadouro, de 1253. Investigações recentes revelaram a existência de uma notícia de Fiadores, de 1175, e de um Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais, datável entre 1173 e 1175. Talvez venham a

encontrar-se mais e mais antigos documentos. Mas mais importante que antecipar a data do mais antigo documento Português é percebermos que a produção de documentos em Português, embora esporádica até a segunda metade do século XIII, é uma realidade que acompanha a fundação do reino.

A Chancelaria Régia foi de extrema importância para a criação do primeiro registro oficial dos diplomas régios como é abordado no fragmento acima. Para a afirmação do poder régio houve envolvimento político e cultural. A introdução de diplomas redigidos em português revela que se relacionam diretamente com a produção de documentos régios, como é o caso das tentativas de implantação do notariado e a criação do primeiro registro oficial, devendo, sobretudo a um processo político de organização das chancelarias.

Compartilhando da mesma ideia, Furlan (2006, p. 312) afirma que:

Acreditou-se, por muito tempo, que os dois documentos provenientes do nortenho mosteiro de Vairão- o auto de partilhas e o testamento de Elvira Sanchez, datados respectivamente de 1182 e 1193- seriam os mais antigos textos escritos em Português. Mas estudos recentes, do Pe. Avelino de Jesus da Costa, publicados em 1957 e 1979, comprovaram que esses textos eram traduções de textos latinos efetuados no fim do século XIII. Com isso, os documentos mais antigos passaram a ser, dentro do estado atual dos acontecimentos, a Notícia de Torto (1214-1216) proveniente desse mosteiro, e o Testamento de Dom Afonso II, rei de Portugal, datado 1214.

Diante da abordagem realizada por Carneira (2006) e Furlan (2006), pode-se dizer que o Português ganha raízes a partir de sua documentação registrada no século XIII, aos quais fazem parte os documentos: “A Notícia de Torto” e “O Testamento de Dom Afonso II”. Os dois textos fazem parte do marco inicial dos documentos lavrados em Português, em prosa, o que hoje se conhece por língua portuguesa ou língua vernácula. “A Notícia de Torto” foi um dos mais antigos textos datados e escritos em Português. A diferença básica entre “A Notícia de Torto” e “O Testamento de Dom Afonso II” trata das condições de produção, pois o “Testamento” é o texto redigido em chancelaria, aprimorando o gênero textual, adaptando-o agora à língua nacional; “ A Notícia de Torto” é um texto informal o qual não há especificidade de gênero, pois não passou por sua vez por uma chancelaria Régia.

2.4 Diferenciação entre os primeiros documentos datados e escritos em língua vernácula: A Notícia de Torto e o Testamento de D.Afonso II

A divergência entre as duas cópias que sobreviveram ao longo do tempo deixou evidente como o conceito medieval de cópia se difere da atualidade. Havia as chamadas variantes, como se observou nos tópicos anteriores, não apenas gráficas, mas também

linguísticas. É nesta variação que reside o grande interesse do documento, uma vez que as divergências entre as duas versões permitem esclarecer questões linguísticas.

Segundo Cardeira (2006) “A notícia de torto” é um documento informal, que não se aprimora em um gênero específico, é um registro para a memória futura elaborado sobre um pergaminho (ofensas sofridas por Lourenço Fernandes da Cunha) é investigado para refletir o dialeto usado naquela época em que nascia o que se conhece hoje por língua portuguesa. Entretanto, o “Testamento de Afonso II” é o primeiro documento régio, datado, escrito em Português. Dele, foram feitas treze cópias, das quais, atualmente, tem-se duas conservadas uma em Lisboa e Toledo. A partir deste documento, começou-se a pensar mais a especificidade do gênero, já que havia uma preocupação com a escrita. O texto por ser um “Testamento”, era bem formal, feito através das chancelarias, ainda que pertence ao período fonético da língua.

A abordagem referente aos textos escritos em língua vernácula revela uma importante versão formadora do léxico da língua portuguesa em seus níveis ortográficos, fonológicos e morfossintáticos, além disso, podem ser considerados como um processo de mudança linguística, no qual cumpre o registro de novos falares, pois que ambos são pertencentes ao grupo de línguas românicas, conhecidas como neolatinas⁵.

2.5 Influência etimológica de grafia da língua portuguesa

Os primeiros documentos fazem parte do período fonético da língua portuguesa que formam adaptados ao sistema linguístico, em virtude da necessidade de representar o aporte lexical da língua vigente. Entretanto, o distanciamento entre o sistema linguístico existente (o latino) para representação dos diversos romances e a necessidade de documentar os novos fenômenos sociais, legais, políticos e culturais em vigor permitiu, num primeiro momento, uma acomodação rudimentar, mas necessária da língua portuguesa ao sistema linguístico conhecido. Por isso, houve uma “discrepância” inevitável entre linguagem falada e escrita. Assim, nos documentos originais encontrou-se uma divergência quanto ao som registrado pelas palavras porque o registro flutuou conforme a dialeção e, inclusive, ocorrendo num mesmo documento.

Segundo Coutinho (2006, p.72), a história da língua portuguesa se subdivide em três períodos: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado. O período fonético se inicia com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI, havendo uma distinção nas grafias. O período Pseudo-etimológico começa no século XVI e vai até o ano de

1904, quando aparece a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, caracterizado pelo emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como o y, k e w, sempre que ocorriam nas palavras originárias. O período simplificado: Principia com a publicação da Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, em 1904, e chega até os nossos dias.

Interagindo com a mesma ideia Bucher (2001, p.33) afirma que:

No período fonético os escribas tentavam representar foneticamente os sons das palavras que escreviam. Como havia muitos novos sons que não existiam em latim e para os quais não se desenvolvera uma tradição representativa, foram obrigados a adaptar velhas grafias ou a inventar novas. E muitas inconsistências se desenvolveram. Os escribas representaram frequentes vezes o mesmo som de diferentes maneiras e diferentes sons da mesma maneira.

O fonético foi um dos períodos que mais contribuiu para o surgimento da nova língua. A partir das múltiplas representações dos sons, surgiram novas grafias para as palavras. Assim, a língua portuguesa surge de um processo derivativo do latim vulgar, processo lento e secular que desencadeou os primeiros documentos escritos em língua vernácula. Para Furlan (2006, p.317)

Como nas demais línguas, as evoluções ou derivações do latim ao português constituem resultado espontâneo, natural e universal de dois princípios opostos: o da economia linguística no esforço do aparelho fonador; o do entendimento efetivo, pelo interlocutor, da mensagem do emissor. As modificações fônicas ou “metaplasmos” que mais interessam nesse processo, levando-se em conta a posição inicial, medial ou final dele, são estas: por aumento: pró(s)tese, epêntese, paragoge; b) por subtração: afêrese, síncope, apócope; c) por permuta ou troca: sonorização, vocalização, consonantização, assimilação, dissimilação, nasalização, desnalação, apofonia, metafonia; d) por deslocamento da sílaba tônica ou hiperbibasmo: sístole (reco), diástole (avanço).

Quando apreciamos os documentos escritos no século XIII como “A Notícia de Torto” e o “Testamento de D.Afonso II”, podemos conferir um processo de mudança “espontâneo” que modificou tanto o registro quanto os sons dos vocábulos. O sistema consonantal era composto por uma mistura de fonemas que determinou grafias diferentes para as mais diversas palavras.

A análise destas primeiras produções permite observar a existência de uma escrita individualizada, no caso da “Notícia de Torto”, que oscilava entre formas latinas e romances, em documentos que um falante de Português terá, hoje, dificuldade em interpretar. No entanto, o “Testamento de Afonso II”, produzido, numa chancelaria régia, atendia às escolhas e convenções mais niveladas das normas gráficas. Foi assim que os notários faziam uso de um complexo de fórmulas latinas que permeava de geração em geração. Havia uma espécie de

mudança linguística em que o sistema fonético era baseado apenas na pronúncia, sem uniformidade. Para Coutinho (2006) os fonemas sofreram modificações na passagem do latim para o português, já que não é o som que se modifica, mas os órgãos do aparelho fonador que se dispõem de outro modo para o emitirem.

As modificações das palavras, quando observadas a partir da passagem do latim para o português, apresentavam uma síncope nos fonemas, por exemplo, as oclusivas sonoras e “N” e “L” intervocálicos. Para Carneira (2006, p. 49):

Na Notícia de Torto a palavra quinhão (<quinione) aparece grafada como <quinō>, <quiniō> e <quinnōs>. Perante um som para o qual o sistema gráfico latino, a que o escriba está habituado, não tem um grafema específico, é natural hesitação. E porque não tem o sistema latino grafia para representar este som? Justamente porque o som não existia em latim. A hesitação não deixa dúvidas: já o N se tinha, portanto, fundido com a semivogal palatal resultando daí uma palatal nasal. O testamento de Afonso II, da mesma data, confirma esta conclusão, ao grafar <sênior>, <tenio>, <junio> (senhor, tenho, junho): já existia a palatal nasal mas o dígrafo provençal para este novo fonema, <nh>, só será importado mais tarde na época de Afonso III. A comparação entre as grafias da Notícia e do Testamento confirma, também, que textos produzidos por notários isolados apresentam maior oscilação gráfica que documentos da Chancelaria real: à variação <ni>/<n>/<nn> na Notícia de torto corresponde, no Testamento, uma só escolha gráfica, <ni>.

A comparação feita por Carneira (2006) na “Notícia de Torto” e “Testamento de Afonso II” mostra como o sistema gráfico latino não apresentava um grafema específico, pois, uma mesma palavra era grafada de forma diferentes, uma vez que no sistema latino não havia a presença de sons produzidos no período.

Para Spina (2008, p.48 e 53),

A síncope do n intervocálico e conseqüente nasalização da vogal anterior registrava-se com uma forma menor de n, sobreposto à vogal nasalizada. Posteriormente, do afastamento das extremidades deste n, convertido em sinal diacrítico, nasceu o til (~), cujo emprego se estendeu a outros casos de nasalização da vogal, substituindo muitas vezes o m e o n. A tendência a encorpar as palavras também contribuía para a arbitrariedade ortográfica da época, contrariando muitas vezes a etimologia das palavras: bi (por i, de ibi), bu (de unum), be (por é) etc. Na primeira fase do português arcaico, utilizavam-se as letras simples do alfabeto latino (menos k) e as geminadas ss e rr (quase sempre com as mesmas funções)

A primeira fase do Português arcaico foi marcado pelo surgimento de um novo modelo fonético quase sem preocupação morfológica e sintática, como afirma Coutinho (2005) não havia um padrão uniforme na transição das palavras. Às vezes, num documento, aparecem os mesmos vocábulos grafados de modo diferente como será observado no capítulo seguinte. O que, porém, não se pode negar é a tendência manifestamente fonética do sistema então em uso. Escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido.

No próximo capítulo são observadas palavras do “testamento de Dom Afonso II” que passaram pelo processo de modificações na passagem do latim vulgar ao português arcaico. Além disso, as dificuldades de interpretação no texto de “Notícia de torto” por ser um texto de natureza informal escrito pelos notários numa forma mais individualizada e distante da chancelaria Régia.

CAPÍTULO III

3. APRECIÇÕES DA CONJUNTURA EM QUE FORAM LAVRADOS OS PRIMEIROS DOCUMENTOS EM PROSA DA LÍNGUA PORTUGUESA (INICIO DO SÉCULO XIII)

Os primeiros documentos escritos em língua vernácula foram datados no início do século XIII, aos quais foram adaptados ao Português pela chancelaria régia que se preocupava com a elaboração dos textos não literários. Neste sentido, a documentação não literária apresenta uma grande importância para análise, devido ao fato de que se pode evidenciar “onde” e “quando” foram escritos, até mesmo saber quem foi o notário responsável por sua elaboração. O registro literário foi escrito por trovadores e sua especificidade voltada para a produção poética permitia uma diferente utilização da língua, isto é a cantiga, possuía uma estilização e erudição, valendo-se de arcaísmos e estrangeirismos que não permitiu uma observação mais da roda de uso que era feita na época.

3.1 Presença da chancelaria para produção dos documentos

O documento evidenciado nas figuras 1 e 2 abaixo foi destinado ao arcebispo de Braga e escrito pela chancelaria régia, apresenta uma maior formalidade por ser um Testamento, além do ambiente onde foi escrito, num *scriptorium*. No entanto, apesar de datado e localizado é um documento de difícil interpretação, pela caligrafia evidenciada. Sendo assim, para melhor evidenciar o estudo do documento é indicado o apoio da paleografia, da edótica e da diplomática, disciplinas que podem auxiliar nas reflexões sobre a conjuntura e sobre o registro.

“A Notícia de Torto” abordado na transcrição 2 (pg.36-38) observa-se uma escrita individualizada, é um rascunho sem data, escrita num pergaminho oscilando entre formas latinas e romances, o autor inseriu termos em latim bárbaro. Ilustra o trabalho esforçado de notários que, isolados procuraram convergir o modelo latino para novos fonemas da língua que ouviam, deixando a escrita mais irregular e, por conseguinte, mais difícil de ser entendida.

Os documentos abordam textos notariais antigos que desenvolvem uma espécie de tradição da escrita portuguesa, resultante de um processo multissecular que permite conclusões

importantes da história da língua portuguesa. Nessa perspectiva, tem-se o valor testemunhal das mudanças linguísticas ocorridas ao longo do tempo.

Texto enviado ao arcebispo de Braga (TESTAMENTO):

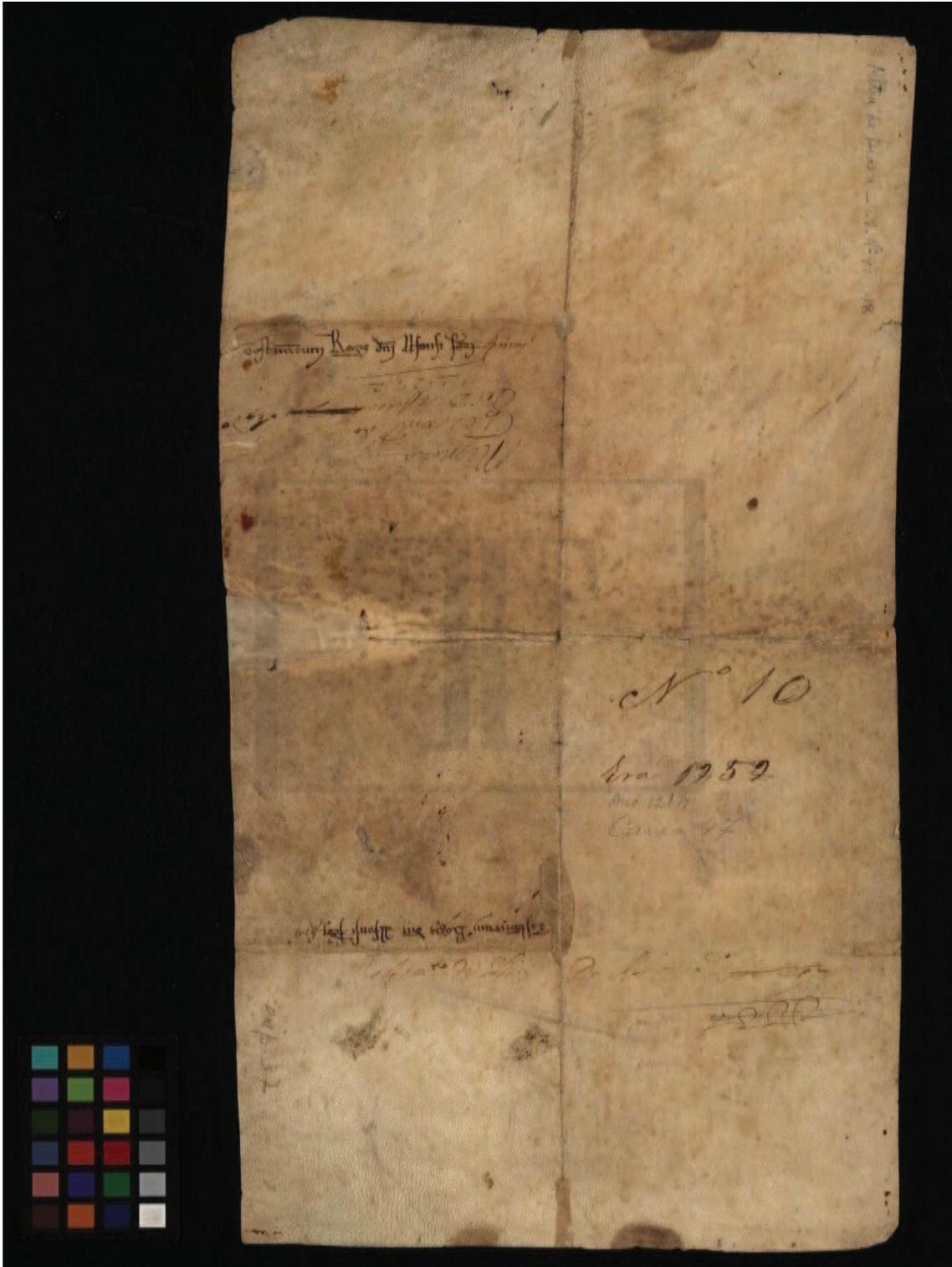


Figura 1. Verso da folha do Testamento de Afonso II

[1] En' ^ao nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, sendo sano e saluo, temēte o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios e de me(us) uassalos e de toido meu reino fiz mia mãda p(er) q(eu) de-

[2] pos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(ue)las cousa q(eu) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)meiram(en)te mãdo q(eu) meu filio infante don Sancho q(eu) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)m(en)te e en paz. E ssi este for

[3] morto sen semmel, o maior filio q(ue) ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz. E ssi filio barõ nõ ouuermos, a maior filia q(ue) ouuermos agia'o. E ssi no tẽpo de mia morte meu filio ou mia filia q(ue) deuier a reinar nõ ouuer reuora, segia en poder

[4] da raina sa madre e meu reino segia en poder da raina e de me(us) uassalos até q(uan)do agia reuora. E ssi eu for morto, rogo o apostoligo ^b come padre e senior e beigio a t(er)ra ante seus péés q(ue) el recebia en sa comẽda e so seu difindemẽto a raina e me(us) filios e o reino. E ssi eu

[5] e a raina formos mortos, rogoli e pregoli q(ue) os me(us) filios e o reino segiã en sa comẽda. E mãdo da dezima dos morauidiís e dos di[n]jeiros q(ue) mi remaserũ de parte de meu padre q(ue) sũ en Alcobaza e do outr'auer mouil q(ue) i posemos pora esta dezima q(ue) segia partido pelas manus

[6] do arcebispo ele Bragáá e do arcebispo de Santiago e do bispo do Portu e de Lixbona e de Coĩbria e de Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragáá. E out(ro)ssi mãdo das dezimas das luctosas e das armas e dout(ra)s dezimas q(eu) eu tenio apartadas en te-

[7] souros per meu reino, q(ue) eles as departiã ^c asi como uirẽ por directo. E mando q(ue) o abade d'Alcobaza lis dê aq(ue)sta dezima q(ue) el ten ou teiuer e eles as departiã segũdo De(us) como uirẽ por directo. E mãdo q(ue) a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aq(ue)lias cousas mouils q(ue) eu ouuer

[8] à mia morte, exetes aq(ue)stas dezimas q(ue) mãdo dar por mia alma e as out(ra)s q(ue) tenio en uoontade por dar por mia alma e non'as uiier a dar. Et mãdo q(ue) si a raina morrer en mia uida q(ue) de todo meu auer mouil agia ende a meiadade. Da out(ra) meiadade solten ende p(ri)meiram(en)te

[9] todas mias devidas e do q(ue) remaser fazem en[de] t(re)s partes e as duas partes agiã me(us) filios e mias filias e departiãse ent(r'e)les igualm(en)te. Da t(er)ceira o arcebispo de Bragáa e o arcebispo de Santiago e o bispo do Portu e o de Lixbona e o de Coïbria e o de Uiseu e o d'Eurora fazã desta

[10] guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu regno fazem aduzer meu corpo p(er) mias custas a Alcobaza. E mãdo q(ue) den a meu senior o papa $\bar{\Pi}\bar{\Pi}$ m(o)r(auidiis) ^d a Alcobaza $\bar{\Pi}$ m|r. por meu aňiu(er)sario, a Santa Maria de Rocamador $\bar{\Pi}$ m|r. por meu aňiu(er)sario

[11] a Santiago de Galicia $\bar{\Pi}$ CCC m|r. por meu aňiu(er)sario, ao cabidóo da Séé da Idania mill(e) m|r. por meu aňiu(er)sario, ao moesteiro de San Gurge ^e D m|r. por meu aňiu(er)sario, ao moesteiro de San Uicēte de Lixbona D m|r. por meu aňiu(er)sario, aos caonigos de Tui mill(e)

[12] m|r. por meu aňiu(er)sario. E rogo q(ue) cada un destes aňiu(er)sarios fazam sēp(re) no dia de mia morte e fazam t(re)s comemorazones en t(re)s partes do ano e cada dia fazam cantar una missa por mia alma por sēpre. E ssi eu en mia uida der estes aňiu(er)sarios, mãdo q(ue) orem por mi co-

[13] me por uiuo até en mia morte e depos mia morte fazam estes aňiu(er)sarios e estas comemorazones assi como suso é nomeado, assi como fazem en' os out(ro)s logares u iá dei meus aňiu(er)sarios. E mãdo q(ue) den ao maestre e aos freires d'Euora D m|r. por mia alma, ao comen-

[14] dador e aos freires de Palmela D m|r. por mia alma. E mãdo q(ue) o q(ue) eu der daq(ue)sta mãda en mia vida q(ue) non'o busque nenguu depos mia morte. E o q(ue) remaser daq(ue)sta mia t(er)cia mãdo q(ue) segia partido igualmēte en cinq(ue) partes das quaes una den a Alcobaza u

[15] mando geitar meu corpo. A out(ra) ao moesteiro de Santa Cruz, a t(er)ceira aos Tēpleiros, a q(ua)rta aos Espitaleiros, a q(ui)nta den por mia alma o arcebispo de Bragáa e o arcebispo de Santiago e os cinque bispos q(ue) suso nomeamos segũdo Deus. E den ende aos oméés d'ordin

[16] de mia casa e aos leigos <a> q(ue) eu ño galardoei seu servizo assi com' eles uirem por guisado. E as out(ra)s duas partes de toda mia meiadade segiã departidas igualm(en)te ent(re) ^f me(us) filios e mias filias q(ue) ouuer da raina dona Orraca assi como suso é dito. E mãdo q(ue) aq(ue)ste auer

[17] dos me(us) filios q(ue) o teniã aq(ue)stes dous arcebispos cū aq(ue)stes cinq(ue) bispos atá q(uan)do agiã reuora. E a dia de mia morte se alguus de me(us) filios ouuerẽ reuora, agiã seu auer. E dos q(ue) reuora nõ ouuerẽmãdo q(ue) lis teniã seu auer atá q(uan)do agiã reuora.

E mãdo q(ue) q(ue)n q(ue)r que

[18] tenia meu tesouro ou me(us) tesouros a dia de mia morte q(ue) os dê a departir aq(ue)stes dous arcebispos e aq(ue)stes cinq(ue) bispos, assi como suso é nomeado. E mãdo ainda q(ue) se s'asunar todos nõ poderem ou nõ q(ui)serẽ ou discordia for ent(r'a)q(ue)stes a q(ue) eu mãdo departir aq(ue)estas dezimas

[19] suso nomeadas, ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os chus muitos p(er) nõbro. Out(ro)ssi mãdo daq(ue)les q(ue) mia mãda an a departir ou todas aq(ue)lias cousas q(ue) suso sũ nomeadas q(ue) si todos nõ se poderẽ assunar ou nõ q(ui)serem ou discordia for ent(r'e)les ualia aq(ui)lo q(ue) mãdarẽ os chus muitos p(er)

[20] nõbro. Mando ainda q(ue) a raina e meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar se à mia morte ouuer reuora e meus uassalos e o abade d'Alcobaza sen demorancia e sen (con)t(ra)dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas suso nomeadas

[21] e eles as departiã assi como suso é nomeado. E ssi à mia morte meu filio ou mia filia q(ue) no meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mãdo empero q(ue) aq(ue)stes arcebispos e aq(ue)stes bispos departiã todas aq(ue)stas dezimas e todas aq(ue)stas out(ra)s cousas assi como suso é no-

[22] meado. E a raina e me(us) uassalos e o abade seu demorãcia e sen (con)t(ra)dita lis den toda mia meiadade e todas as dezimas e as out(ra)s cousas q(ue) teiuerẽ, assi como suso é dito. E ssi dar nõ li as q(ui)serem, rogo [o]s^e arcebispos e os bispos com'eu en eles (con)fio q(ue) eles o demãdem pe-

[23] lo apostoligo e p(er) si. E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a t(er)ra ante seus péés q(ue) pela sa santa piadade faza aq(ue)sta mia mãda séér (con)p(ri)da e aguardada, q(ue) nenguu nõ agia poder de uinir (con)t(ra) ela. E ssi a dia de morte meu filio ou mia filia q(ue) no

[24] meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora, mãdo aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos téén de mi en' as t(er)ras q(ue) de mi téém os me(us) riquos oméés q(ue) os den a esses meus riq(uo)s oméés q(ue) essas t(er)ras teiuerẽ. E os meus riquos oméés den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no

[25] meu logar ouuer a reinar q(uan)do ouuer reuora, assi como os dariã a mi. E mandei fazer treze cartas cõ aq(ues)ta tal una come outra, q(ue) p(er) elas toda mia mãda segia (com)p(ri)da, das quaes ten una o arcebispo d(e) Bragaa, a out(ra) o arcebispo de Santiago, a t(er)ceira o arcebispo

[26] de Toledo, a q(ua)rta o bispo do Portu, a q(ui)nta o de Lixbona, a sexta o de Coĩb(r)ia, a septima o d'Evora, a octaua o de Uiseu, a nouea o maestre do Têplo, a dezima o p(r)ior do Espital, a undezima o p(r)ior de Santa Cruz, a duodecima o abade d'Alcobaza, a t(er)cia dezima facer^g guarda[r] en

[27] mia reposte. E forũ feitas en Coinbria IIII.^{or} dias por andar de junio, E(r)a M.^a CC.^a L.^a II.^a

Transcrição. Testamento de Dom Afonso II



Figura 2. Texto escrito do Testamento de Afonso II

De acordo com as figuras 1 e 2 abordadas acima tem-se uma escrita de difícil interpretação em que o leitor atual necessitaria de uma base de conhecimento maior, bem como de um apoio paleográfico e das outras disciplinas citadas anteriormente, para auxiliar em um melhor entendimento do registro. E dessa forma, atendendo a proposta apenas de uma análise embrionária, isto é, exerce apenas algumas observações que podem ser evidenciadas a partir da transcrição 1 (pg.31-33) em que há a presença de evoluções do latim ao português que acarretaram em modificações fônicas ou (“metaplasmos”) as quais nesse processo levava-se em consideração a posição inicial, medial ou final das palavras, caracterizado por aumento de um fonema, por supressão, por transposição e por transformação. As palavras sofriam modificação ao longo do texto escrito. Isto é, uma mesma expressão poderia ser escrita de várias formas, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1. Metaplasmos do Testamento de D. Afonso II

METAPLASMOS DO TESTAMENTO DE D. AFONSO II		ATUALMENTE	ATUALMENTE
Supressão/Transformação	Aumento	TEM	ASSIM
TÉÉM _{-P24}	SSI _{-P3, P4,P12, P21,P22}		
TÉÉN _{-P24}	ASI _{-P7}		
TEN _{-P7}	ASSI _{-P13,P16,P18,P22}		

A tabela acima se subdivide em dois grupos: um que aborda os metaplasmos de supressão/transformação e outro de aumento do “Testamento de Dom Afonso II”, as palavras foram extraídas da transcrição 1 (pg.31-33). É portanto, possível evidenciar que as palavras TÉÉM_{-P24}, TÉÉN_{-P24}, TEN_{-P7}, além de sofrerem supressão do fonema **E**, passou por um processo de transformação, isto é o fonema oral passou para um nasal, pois o **É** acentuado perdeu o acento e terminou com N no final ocorrendo o processo de nasalização. Tal processo também ocorreu em outras palavras do Testamento, tal qual: AGIA_{-P4}, AGIÃ_{-P9}, neste caso,

não houve uma supressão de fonemas, porém a palavra foi acentuada com um “til” sinal diacrítico de nasalização. Nas palavras SSI-P₃, P₄, P₁₂, P₂₁, P₂₂, ASI-P₇, ASSI-P₁₃, P₁₆, P₁₈, P₂₂ houve um aumento de fonemas.

3.2 Descrição apreciativa dos registros: Notícia de Torto e Testamento de Dom Afonso II

Notícia de Torto

[1] D(e) noticia d(e) torto que fecer(ũ) a Laurêci(us) Fernãdiz por plazo que fec(e) Gõcauo

[2] Ramiriz antre suos^a filios e Lourêzo Fernãdiz q(u)ale podedes saber: e oue au(e)r^b d(e) erdad(e)

[3] e dau(e)r, tâto q(u)ome uno d(e) suos filios da q(u)ãto podesẽ au(e)r d(e) bona d(e) seuo pater e fiolios seu

[4] pater e sua mater. E d(e)pois fecer(ũ) plazo nouo e cõuẽ uos a saber q(u)ale in ille se < e > m

[5] taes firmam(en)tos q(u)ales podedes saber^c : Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz e]

[6] Eluira Gõcaluiz forũ fiadores d(e) sua irmana que o[to]rgase aqu[e]le plazo come illos.

[7] Sup(er) isto plazo ar fe[ce]r(ũ) suo plecto. E a maior ajuda que illos hic cõnocer(ũ), que les

[8] acanocese^d Laurêzo Fernãdiz sa irdad(e) p(er) p(lec)to^e que a teuese o abate d(e) S(ã)c(t)o Martino

[9] que como uêcesẽ^f, que asi les dese d(e) ista o abade. E que nunq(u)a illos lecxasẽ

[10] daquela irdad(e)^g sã seu mãdato. Se a lezarẽ ãtregarẽ ille d(e) oot(r)a que plaza.

[11] E d'au(e)r que ouer(ũ) d(e) seu pat(e)r nu[n]q(u)ã^h seⁱ li ãd(e) der(ũ) parte. Deu^j dũ Gõcau^k

[12] o a Laurêco Fernãdiz e Martĩ Gõc[a]luiz XII^l casaes por arras d(e) sua auóó.

[13] E filar(ũ)li illos ind(e) VI casaes^m c(ũ) torto. E podedes saber como man-

[14] do dũ Gõcauo a sua morte. D(e) XVI casaes d(e) Ueraciⁿ que < d(e) > fructar(ũ) e que li

[15] nunq(u)a ãd(e) der[ũ] q(u)innõs. E d(e) VII e medio casaes antre Coina e Bastuzio und(e) li

- [16] nunq(u)ã der(ũ) q(u)iniõ. E d(e) tres i(n) Tefuosa und(e) li nu[n]q(u)a ar der[ũ] nada. E
 II^{os} i(n) Figeeree-
- [17] do unnd(e) nũq(u)ãⁿ li der(ũ) q(u)inõ. E II^{os} i(n) Tamal ãd(e) li n(õ) ar der(ũ) q(u)inõ. E
 da sena-
- [18] ra d(e) Coina ãd(e) li n(õ) ar der(ũ) q(u)inõ. E d'uno casal d(e) Coina que leuar(ũ) ãd(e)
 III anos
- [19] o fructu c(ũ) torto. E por istes tortos que li fecer(ũ) tem q(u)a a seu plazo quebrãtado
 [20] q(u)a li o deuẽ por sanar. E d(e)pois ouer(ũ) seu mal e meteu o abad(e) paz a[n]tre illes
 [21] i(n) no carualio d(e) Lauredo. E rogouo o abate tãto que beiso c(ũ) illes. E der(ũ)li
 [22] XVIII morabitos q(u)i li filar(ũ). E d(e)pos iste p(lec)to^e pre[n]d(e)r(ũ) < li >^o o seruical
 otro
- [23] om(e) d(e) sa casa e troser(ũ)no XVIII dias p(er) mõtes e fecer(ũ)les tã máá prisõ
 [24] p(er) que leuar(ũ) deles q(u)ãto poder(ũ) au(e)r. E d(e)pois li d(e)sũro Gõcauo Gõcauiz
 [25] sa fili[a] pechena. E irmar[ũ]li XIII casales und(e) perdeu fructu. E isto
 [26] fui d(e)p < ois > que fur(ũ) fiĩdos anto abate. E d(e)pois que fur(ũ) ãfiados por iuizo d(e)
 ilo
- [27] rec.^p E nũq(u)a ille fez(e) neun mal por todo aqeste e fezeles taes agudas^q
 [28] q(u)ales aqui ouireedes. Sup(er) sua aguda fez testiuigo c(ũ) Gõcauo Cebolano.
 [29] E sup(er) sa ajuda ar fuili a casa e filoli q(u)ãto que li agou e deu a illes. E sup(er) sa
 [30] ajuda oue testifigo c(ũ) P(e)tro Gomez, omezio q < v > e li custou maes^r ka C
 m(orabitos).
- [31] E sup(er) sa ajud[a] oue mal c(ũ) Goncaluo Gomez que li custou multo da au(e)r
 [32] e muita perda. E in^s sa ajuda oue mal c(ũ) Go[n]caluo Suariz. E in sa ajuda
 [33] oue mal c(ũ) Ramiro Fernãdiz que li custov muito au(e)r muita perda.
- [34] E in sa ajuda fui II^{as} fezes a Coi[m]bra. E in sa ajuda dixे mul[ta]s uices
 [35] e ora in ista tregua fur(ũ) a Ueracĩ amazar(ũ)li os om(é)s erma[rũ]li X casaes
 [36] seu torto al rec.^p E sup(er) sa iud[a] mãdoo lidar seus om(é)s c(ũ) Mar-
 [37] tint^t I(o)h(a)n(e)s que q(u)ir[i]a d(e)sũrar sa irmana. E cũ ille e cũ sa casa
 [38] e cũ seu pam e c(ũ) seu uino uẽcestes uosa erdade. E cũ ille
 [39] existis d(e) sua < casa > in ipso die que uola q(u)itar(ũ). E ille teue a uosa
 [40] rezõ. E ot(r)as ajudas multas que fez. E plus li a custado

- [41] uosa aiuda q(u)a li^u inde cae d'erdad[e]. E subre becio e sup(er)
 [42] fíim(ẽ)to se ar q(u)iserdes ouir as desõras q < v > e ante ihc fur(ũ)
 [43] ar ouideas: Vener(ũ) a uila e fila[rũ]li o porco ante seus filios e com-
 [44] erũsilo. Vener(ũ) alia uice er filar(ũ) ot(r)o^v ante illes
 [45] er comer(ũ)so. Vener(ũ) i(n) < alia > uice er filiar(ũ) una ansar ante
 [46] sa filia er comer(ũ)sa. I(n) alia uice ar filiar(ũ)li o pane ante
 [47] suos filios. I(n) alia uice ar ue[ne]r(ũ) hic er filar(ũ) ãde o uino
 [48] ante illos.

Verso do pergaminho

- [49] otra uice (?) uener(ũ)li filar ante seus filios q(u)ãto q < v > e li agar(ũ) i(n) quele
 [50] casal. E fur(ũ)li^x u ueriar (?) e p(ren)der(ũ) ãd(e) o cõlazo und(e) mamou o lec-
 [51] te e gacar(ĩ)no e getar(ĩ) i(n) t(er)ra polo cecar e le[ua]r(ũ) delle q(u)ãto oue.
 [52] I(n) alia uice ar fur(ũ) a Feracĩ^y e p(ren)d(e)r(ũ) II^{os} om(éé)s e gacarũnos e le< ua >r(ũ)
 [53] deles q(u)ãto que ouer(ũ). I(n) ot(r)a fice ar p(ren)der(ũ) ot(r)os II^{os} a se[u] irmano
 P(e)lagio
 [54] Fernãdiz e iagar(ũ)nos. I(n) ot(r)a ue[ne]r(ũ) a Pegeiros (?) e leuarũso III om(éé)s^z
 [55] ante P(e)lagio Fernãdiz.

Transcrição 2. Notícia de Torto

A transcrição 2 (pg.36-38) aborda uma escrita informal, feita pelos notários individualmente, fora da chancelaria Régia que segundo Furlan (2006) relata uma ofensa de Lourenço Fernando contra violências e perda de propriedades, além de outros tipos de agressões que os filhos de Gonçalo Ramires: Ramiro, Gonçalo e Elvira Gonçalves fizeram contra cláusulas constantes em escritura. Como mostra o fragmento abaixo retirado do texto:

“[1] D(e) noticia d(e) torto que fecer(ũ) a Laurêci(us) Fernãdiz por plazo que fec(e) Gõcauo
 [2] Ramiriz antre suos ^a filios e Lourêzo Ferrnãdiz q(u)ale podedes saber: e oue au(e)r ^b d(e) erdad(e)
 [3] e dau(e)r, tâto q(u)ome uno d(e) suos filios da q(u)ãto podesẽ au(e)r d(e) bona d(e) seuo pater e fiolios seu
 [4] pater e sua mater. E d(e)pois fecer(ũ) plazo nouo e cõuẽ uos a saber q(u)ale in ille se < e > m
 [5] taes firmam(en)tos q(u)ales podedes saber : Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz e]
 [6] Eluira Gõcaluiz forũ fiadores d(e) sua irmana que o[to]rgase aqu[e]le plazo come illos.
 [7] Sup(er) isto plazo ar fe[ce]r(ũ) suo plecto. E a maior aiuda que illos hic cõnocer(ũ), que lês”

Neste fragmento acima, observa-se o motivo pelo qual foi redigido o texto, neste caso, as ofensas sofridas pelos filhos de Gonçalo Ramires: “*[1] D(e) noticia d(e) torto que fecer(ũ) a Laurêci(us) Fernãdiz por plazo que fec(e) Gõcauo [2] Ramiriz antre suos ^a filios e Lourêzo Ferrnãdiz q(u)ale podedes saber: e oue au(e)r ^b d(e) erdad(e)*”. Assim tem-se uma escrita de frágil visualização e pouco entendimento por ser escrito em pergaminho e não atender a formalidade da chancelaria.

O Testamento de Dom Afonso II (transcrição 1) aborda um pedido do rei D. Afonso II ao Papa pedindo-lhe sua proteção em defesa do seu reino, da rainha dos filhos, bem como estabelece diversos atos a serem cumpridos após o falecimento dele tais quais: a ordem de sucessão no trono, os legados, a guarda do seu tesouro e muitas outras (subentendidos no texto). Abaixo tem-se as palavras de pedido ao Papa após a morte:

“[2] pos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(ue)las cousa q(eu) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)meiram(en)te mãdo q(eu) meu filio infante don Sancho q(eu) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)m(en)te e en paz. E ssi este for”

Neste fragmento do “testamento”, Dom Afonso II deixa claro que após sua morte seus bens e seu poder dado por Deus serão da sua mulher, de seus filhos e de seus servos. Ele

segue atribuindo o que será dado para cada um dos filhos e como será dividido os bens em todo o texto.

Diante da abordagem realizada, pode-se considerar que as constatações elaboradas a partir da metodologia adotada de análise houve um processo de difícil acessibilidade uma vez que necessita de disciplinas necessárias para um análise mais enriquecedora tais quais: a paleografia, a edótica e a diplomática. No entanto, a partir de uma análise mais embrionária foi possível identificar as afirmações registradas nos capítulos anteriores em que a língua portuguesa surgiu no início do século XIII e apresentava diferentes grafias para uma mesma palavra mesmo porque estava num processo de adaptação da nova escrita feito pela chancelaria Régia.

CONCLUSÃO

Diante das constatações abordadas no decorrer deste trabalho conclui-se que a origem da língua constitui um papel importante para entender o que levou as mudanças sofridas com sua evolução. Observou-se que o galego, que no início formou parte do romance mais ocidental da Península, sendo posteriormente denominado galego-português, trouxe contribuições importantes para o que hoje se conhece como português, pois apesar de existirem grandes diferenças tanto fonológicas quanto semânticas, foi considerado o primeiro “marco” da língua evidenciado no século XII.

No entanto, a origem da língua portuguesa, propriamente dita, se dá a partir do século XIII com os primeiros textos documentados em língua vernácula pelos notários na chancelaria Régia. Os primeiros textos escritos em Português ilustram grafias diferentes para as mesmas palavras, isto porque tais palavras se aproximavam das formas latinas. O latim, por sua vez, se apresentava em duas grandes modalidades distintas: Latim Clássico e Latim Vulgar. O primeiro se consagrava para os escritores, a língua das escolas ou academias, já o segundo representava a linguagem mais popular, isto é, por transmitir espontaneamente ideias sem submeter-se aos preceitos gramaticais, porém não deixava de ser usado pelos escritores em situações informais.

Portanto, a pesquisa realizada abordou o contexto histórico que originou a língua vernácula a partir dos pesquisadores da área investigada. Neste sentido, é possível considerar o surgimento da língua a partir no norteamento vernáculo precisamente no século XIII. Entretanto, a análise realizada foi de natureza embrionária uma vez que necessita de disciplinas adequadas tais quais: Diplomática, edótica e a paleografia o que facilita a leitura e a identificação dos documentos.

REFERÊNCIAS

CARDEIRA, Esperança. In: **O essencial sobre a história do português**. Caminho: Lisboa, 2006;

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manuel In: **Gramática Histórica: para o segundo grau e vestibulares**. 12.ed. Ática: São Paulo, 1977;

COUTINHO, Ismael de Lima. In: **Gramática Histórica: Linguística e Filologia**. 19ª impressão. Editora ao Livro Técnico: Rio de Janeiro, 2005;

EDWIN, Williams Bucher. In: **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. 7. ed. Tempo brasileiro: Rio de Janeiro, 2001;

FURLAN, Oswaldo Antônio. In: **Lingua e literatura latina e sua derivação portuguesa**. Do latim ao português e vice-versa. Vozes: Rio de Janeiro, 2006;

ILARI, Rodolfo. In: **Linguística Românica**. 3.ed. Atica: São Paulo, 2007;

LOURENÇO, Nehemias Nasaré; SILVA, Ricardo Soares de. Variações Classificatórias do Latim: premissas da modalidade vulgar e sua derivação na România. In. **Revista Confluência**. n.2317-4153. Rio de Janeiro: 2012. <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/?p=321> (Acesso em Março de 2014)

SPINA, Segismundo. (org). In: **História da língua Portuguesa**. 1.ed.1 reimpressão. Ateliê Editorial: Cotia, SP, 2008.

Transcrições:

1. “Testamento de Dom Afonso II”; “Notícia de Torto” http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf. (Acesso em Junho de 2013)

Figuras:

2. “Figura 1. Verso da folha do Testamento de Afonso II”; “Figura 2. Texto escrito do Testamento de Afonso II” <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=1437285>. (Acesso em Junho de 2013)